



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0019751-07.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**
 Requerente: **Angela Maria Gil**
 Requerido: **Banco Itau Sa**

ANGELA MARIA GIL ajuizou ação contra **BANCO ITAÚ S. A.**, alegando, que tem a obrigação de pagar ao réu, mensalmente, a importância correspondente a prestação de contrato de financiamento de um veículo e que na data do vencimento da parcela referente ao mês de maio de 2012, dirigiu-se ao Supermercado Sé, onde efetuou o pagamento de referida parcela. Alega ainda, que ao efetuar o crediário de uma compra, foi impedida com a alegação de que seu nome encontrava-se incluído nos órgãos de proteção ao crédito, cuja exclusão foi determinada pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível local. Conseguiu efetuar normalmente o pagamento da parcela referente ao mês de julho/2012, mas ao tentar efetuar o pagamento da parcela referente ao mês de agosto/2012, houve recusa de recebimento por parte do réu, alegando que a mesma encontrava-se com as parcelas em atraso há mais de noventa dias. Pede a consignação em pagamento.

Depositou-se o valor oferecido.

Citado, o réu contestou o pedido, arguindo preliminarmente a impossibilidade jurídica do pedido, com a extinção do feito. No mérito, a inexistência de documento que comprove o adimplemento da parcela referente ao mês de maio de 2012, a ausência de pressupostos para a propositura da ação e obrigatoriedade contratual.

Manifestou-se a autora, impugnando os argumentos apresentados e ratificando os termos do pedido.

Expediu-se ofício ao Supermercado Sé solicitando informações quanto ao recebimento da conta, porém sem resposta.

Designou-se audiência para interrogar o gerente do estabelecimento Extra Supermercado (antigo Sé Supermercado).

Encerrada a instrução, deferiu-se prazo para as partes apresentarem suas alegações finais, sobrevindo manifestação somente da autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A autora pretende pagar prestações contratuais perante o réu, que se nega a receber, o que justifica a propositura da ação consignatória, expressamente admitida no ordenamento jurídico, absolutamente inacolhível as preliminares arguidas, tanto de carência de ação quanto de inépcia da petição inicial.

O réu se recusa a receber as prestações mensais alegando falta de pagamento de prestação anterior, vencida em 30 de maio de 2012.

Sucede que o documento juntado a fls. 24 confirma o pagamento realizado em caixa eletrônico, perante estabelecimento autorizado ao recebimento, o que foi inclusive confirmado por seu gerente, em depoimento prestado perante este juízo (fls. 166).

Nada nos autos indica falsidade ou fraude documental, sequer alegadas.

O réu muito menos tomou a iniciativa de consultar o banco ou o estabelecimento comercial, para inteirar-se da razão pela qual o dinheiro recolhido não lhe foi repassado. A propósito, sequer há evidência, ou mesmo indício, de que o dinheiro não foi repassado ao réu, seu destinatário. Poderia ter juntado documentos do banco, declaração que fosse, ou extrato de sua movimentação, daquele dia e horário, para confirmar a ausência de repasse, se bem que o repasse do dinheiro é algo alheio ao controle e à vontade da autora, pois coube ao réu a indicação dos meios possíveis de pagamento.

O pagamento normalmente é feito mediante autenticação bancária, existindo um carnê em mãos da autora.

Segundo ela, pagou normalmente a parcela referente ao mês de julho, mas ao tentar efetuar o pagamento da parcela referente ao mês de agosto, houve recusa do réu, alegando atraso no pagamento das parcelas, de mais de noventa dias. Em contato com o departamento jurídico o banco réu, foi informada que *“somente poderiam receber a parcela do mês de agosto se ela, autora, retirasse o processo contra o banco”* (fls.04).

O réu alegou que o documento juntado não comprova o pagamento da parcela em questão e que a autora tenta, com a consignação das parcelas do financiamento, eximir de suas obrigações contratuais.

É óbvia a intenção da autora em cumprir com a obrigação contratual assumida, pois caso contrário não estaria efetuando mensalmente o depósito das parcelas do financiamento. É mais óbvio ainda que seria muito mais fácil e menos dispendioso para a autora munida de um boleto dirigisse a uma agência bancária e efetuasse o pagamento das parcelas do que ter que fazer uso de uma ação judicial.

A recusa do réu quanto ao recebimento da parcela referente ao mês de agosto baseia-se no não pagamento da parcela referente ao mês de maio. Mas tendo recebido a prestação do mês de julho, até por isso é insensato negar-se ao recebimento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

daquela vencida no mês subsequente, a pretexto de falta de pagamento de uma outra, que é, aliás, objeto de ação judicial decorrente do apontamento do nome em cadastro de devedores.

Diante do exposto, **acolho o pedido**, declarando extinta a obrigação da autora, **ANGELA MARIA GIL**, perante o réu **BANCO ITAÚ S. A.**, relativamente às prestações mensais depositadas nos autos, respondendo este pelas custas e despesas processuais e pelos honorários do patrono da autora, fixados por equidade em 10% do valor dos depósitos judiciais, com correção monetária desde as respectivas datas.

Defiro ao réu o levantamento das quantias depositadas, expedindo-se as respectivas guias.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de abril de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**